

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da Entidade

CASFIG – Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, E.E.M..

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o número 504885855.

1.2. Sede

Rua Capitão Alfredo Guimarães, 354 – 4800-019 Guimarães.

1.3. Natureza da Actividade

A CASFIG é uma empresa encarregada da promoção e gestão do património imobiliário habitacional, em especial e primordialmente, as habitações sociais do Município de Guimarães. No âmbito sócio-económico poderá criar e exercer serviços de apoio e acompanhamento social no domínio das carências habitacionais na área do Município de Guimarães.

Por exigência da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que aprovou o regime jurídico do sector empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto), a CASFIG foi transformada em E.E.M por escritura pública outorgada no dia 30 de Dezembro de 2009, adoptando a actual denominação: CASFIG – Coordenação de âmbito social e financeiro das habitações do município de Guimarães, E.E.M..

1.4. Designação da entidade-mãe

Município de Guimarães.

1.5. Sede da entidade-mãe

Largo Cónego José Maria Gomes – 4800-419 Guimarães – Portugal.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Descrição geral

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), integrando o Código de Conta (CC), as Normas Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas (NI).

As demonstrações financeiras foram preparadas mediante reclassificações e ajustamentos efectuados às contas construídas inicialmente de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e Directrizes Contabilísticas emanadas da Comissão de Normalização Contabilística. Porém, as reclassificações e ajustamentos introduzidos tiveram em consideração, sempre que necessário, modificações a rubricas e quantias de registos e documentos de suporte concretos. Da metodologia seguida na transposição para o novo referencial contabilístico não resultam erros e distorções significativos que afectem o princípio da imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e do desempenho da entidade, para as datas e períodos de relato em causa.

A apresentação e divulgação destas demonstrações financeiras obedece ao preceituado nas bases de apresentação de demonstrações financeiras integrantes do SNC bem como da NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo todas as divulgações em notas feitas por força das NCRF aplicáveis às respectivas classes de activos e/ou passivos. Teve-se também em conta, a adopção dos modelos de demonstrações financeiras gerais aprovados pelas portarias no âmbito do SNC.

A informação financeira relativa a 1 de Janeiro de 2009 e a todo o ano de 2009, último ano de adopção do POC, e período de transição para efeitos da primeira adopção das NCRF, foi construída em obediência à NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das NCRF, tendo envolvido, antes dos ajustamentos que se divulgam no presente anexo, reclassificações de todas as rubricas do balanço, da demonstração dos resultados por naturezas e da demonstração dos fluxos de caixa, redistribuindo as respectivas quantias monetárias, das anteriores classificações segundo a codificação de contas do POC, para as codificações de contas previstas no SNC e nos respectivos modelos de demonstrações financeiras.

2.2. Derrogações ao SNC

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Comparabilidade

Devido à transição para o SNC, algumas rubricas não são comparáveis. No entanto, na elaboração do comparativo foi tido isso em conta.

2.4. Adopção pela primeira vez das NCRF

Fruto da adopção pela primeira do SNC, foram feitas algumas alterações nas demonstrações comparativas elaboradas em POC. Apresentam-se de seguida esses efeitos.

EFEITOS NA POSIÇÃO FINANCEIRA - ACTIVO	
Descrição	Valor
Total do Activo em 31-12-2009 em POC	659 191
Activos por impostos diferidos - Prejuízos fiscais	14 239
Total do Activo em 31-12-2009 em SNC	673 431

EFEITOS NA POSIÇÃO FINANCEIRA - PASSIVO	
Descrição	Valor
Total do Passivo em 31-12-2009 em POC	586 018
Passivos por impostos diferidos - Sub. Investimento	125 275
	-472
Proveitos Diferidos - Subsídios ao Investimento	737
Total do Passivo em 31-12-2009 em SNC	238 557

EFEITOS NA POSIÇÃO FINANCEIRA - CAPITAL PRÓPRIO	
Descrição	Valor
Total do Capital Próprio em 31-12-2009 em POC	73 173
Activos por impostos diferidos - Prejuízos fiscais	14 239
	-125
Passivos por impostos diferidos	275
Proveitos Diferidos - Subsídios ao Investimento	472 737
Total do Capital Próprio em 31-12-2009 em SNC	434 874

EFEITOS NO DESEMPENHO - RESULTADOS	
Descrição	Valor
Resultado Líquido do Período em 31-12-2009 em POC	-41 295
Resultado Líquido do Período em 31-12-2009 em SNC	-41 295

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

(a) Reconhecimento dos Serviços Prestados

Os Serviços Prestados são reconhecidos nos resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Foram aplicadas as definições e os critérios da NCRF 20.

(b) Subsídios

Os subsídios para investimentos contabilizados em períodos anteriores foram reclassificados, tal como exigido pelo novo normativo contabilístico, na conta 593 – Outras Variações no Capital Próprio.

No período em análise efectuou-se o movimento contabilístico de imputação a rendimentos do período pela quota-parte das amortizações dos activos fixos tangíveis adquiridos em períodos anteriores.

(c) Impostos sobre os resultados

As estimativas de impostos sobre os lucros reconhecidas na demonstração dos resultados consistem apenas no imposto corrente. Quando aplicável adoptou-se a NCRF 25.

(d) Activos fixos tangíveis

Os edifícios e equipamentos que integram o activo fixo tangível são mensurados segundo o modelo do custo previsto na NCRF 7, isto é, pelo custo menos a depreciação e perdas de imparidade acumuladas.

A depreciação dos edifícios e equipamentos é reconhecida como gasto a afectar os resultados operacionais, na base do método de cálculo linear (quotas constantes), com aplicação de percentagens sobre o custo de aquisição, deduzido do valor residual dos activos, na base das seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada:

Edifícios e outras construções:	50 anos
Equipamento de Transporte:	8 anos
Equipamento Administrativo	3.5 8; 10; anos
Outros Activos:	10 anos

(e) Activos intangíveis

Os activos intangíveis são mensurados segundo o modelo do custo previsto na NCRF 6, isto é, pelo custo menos a amortização e perdas de imparidade acumuladas.

A amortização é reconhecida como gasto a afectar os resultados operacionais, na base do método de cálculo linear (quotas constantes), com aplicação de percentagens sobre o custo de aquisição, deduzido do valor residual dos activos, na base das seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada, em regra 3 anos.

(f) Clientes e outras contas a receber

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, e deduzida de imparidade pelo risco de crédito não recuperável.

(g) Fornecedores e outras contas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respectivas dívidas. A Administração da entidade entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respectivas dívidas.

(h) Outras contas a pagar

Nesta rubrica não se procedeu a qualquer ajustamento às quantias contabilizadas.

(i) Uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração recorreu a estimativas elaboradas mediante o uso da informação disponível no momento e aplicação de julgamentos são aspectos inerentes à formação das estimativas contabilísticas. As realidades poderão no futuro diferir das estimativas efectuadas.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. Caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Todos os elementos registados nesta rubrica estão disponíveis para uso.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários

CAIXA E DEPOSITOS BANCÁRIOS			
Conta	Descrição	2010	2009
111	Caixa Rendas	522	5
112	Caixa gás	0	7
113	Caixa fundo fixo	9	29
12112	C.G.D. 289003874730	13.460	11.879
12115	C.G.D. 289003876330	2.352	56
12116	C.G.D. 0289003876330	247	84
Total		16.590	12.060

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A reclassificação de saldos e movimentos de POC para SNC foi efectuada de forma automática pelo sistema informático. Os movimentos de reconhecimento e/ou desconhecimento de activos /passivos foram efectuados conforme se indicou anteriormente, todos eles de acordo com as NCRF em vigor.

A Demonstração dos Resultados por Funções não é objecto de preparação obrigatória em SNC.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1. Relacionamento com a entidade-mãe

Nome da entidade-mãe: MUNICÍPIO DE GUIMARÃES.

6.2. Remunerações do pessoal chave da gestão: Os Administradores da CASFIG não auferem qualquer remuneração ou qualquer outro benefício.

6.3. Transacções entre partes relacionadas

A- NATUREZA DE RELACIONAMENTO

A entidade-mãe atribui subsídios à CASFIG.

B- TRANSCÇÕES E SALDOS PENDENTES

Subsídio	Subsídio Atribuído	Subsídio Recebido	A Receber
Contrato-programa para a habitação (a)	195.100,00	195.100,00	0,00
Contrato de gestão - reparação e manutenção das habitações sociais no Município de Guimarães	15.000,00	15.000,00	0,00
Contrato de gestão - execução de obras de adaptação da sede da Associação Recreativa e Cultural de Monte S. Pedro	4.893,70	4.893,70	0,00
Total	214.993.70	214.993.70	0.00

(a) Parte deste montante (€ 24.240,00) foi classificado como subsídio ao investimento, por se tratar de um montante para subsidiar a compra de activos fixos tangíveis.

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Conta	Descrição	Saldo Inicial	Aquisições	Transferências	Saldo Final
432	Edifícios e Outras Construções	589 869	393		590 262
434	Equipamento Transporte	42 315	24 240		66 555
435	Equipamento Administrativo	72 549	0		72 549
437	Outros Activos Tangíveis	11 898	580		12 478
4382	Edifícios e Outras Construções	-59 138	-3 643		-62 781
4384	Equipamento Transporte	-31 065	-4 760		-35 825
4385	Equipamento Administrativo	-65 891	-11 890		-77 781
4387	Outros Activos Tangíveis	-5 193	-1 558		-6 751
Total Activos Tangíveis		555 344	3 362	0	558 706

8. ACTIVOS INTANGÍVEIS

ACTIVOS INTANGÍVEIS					
Conta	Descrição	Saldo Inicial	Aquisições	Abates	Saldo Final
443	Programas de computador		2.896		2.896
4483	Programas de computador		-965		-965
Total Activos Intangíveis		0	1.931	0	1.931

9. ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS			
Conta	Descrição	2010	2009
27411	Prejuízos fiscais	0	14.239
Total		0	14.239

Os impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais acumulados foram totalmente utilizados em virtude do lucro tributável positivo apurado em 2010.

Estes impostos diferidos foram calculados pela média das taxas de IRC em vigor, acrescida da derrama de 1,5%, tendo sido aplicada a taxa de 20,25%.

10. CLIENTES

CLIENTES			
Conta	Descrição	2010	2009
211	Clientes conta corrente	75.976	69.276
217	Clientes de cobrança duvidosa	7.707	59.284
219	Perdas por Imparidade	-7.232	-48.352
Total		76.451	80.208

Os clientes de cobrança duvidosa estão suportados por imparidades constituídas.

No período de 2010 foram regularizados dívidas consideradas incobráveis no montante de 53.591 euros.

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

ESTADO			
Conta	Descrição	Saldo devedor	Saldo credor
241	Imposto sobre o rendimento	1.801	
242	Retenção de impostos sobre o rendimento		2.488
245	Contribuições para a segurança social		6.282
Total		1.801	8.771

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

OUTRAS CONTAS A RECEBER			
Conta	Descrição	2010	2009
22	Fornecedores – Saldos devedores	173	258
23	Pessoal	8	0
278	Outros devedores	32.138	0
Total		32.319	258

13. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

FINANCIAMENTOS OBTIDOS			
Conta	Descrição	2010	2009
	PASSIVO NÃO CORRENTE – MP	18.382	0
2513	Leasing – MP	18.382	0
	PASSIVO CORRENTE – CP	5.996	1.260
2513	Leasing – CP	4.941	0
12	DO – Saldos credores	1.055	1.260
Total		24.378	1.260

14. PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS			
Conta	Descrição	2010	2009
27421	Subsídios ao investimento	122.438	125.275
Total		122.438	125.275

Estes impostos diferidos foram calculados pela taxa máxima de IRC em vigor, acrescida da derrama de 1,5%, tendo sido aplicada a taxa de 26,5%.

Foram aplicadas taxas de imposto diferentes para o cálculo dos impostos diferidos activos e passivos. Nos subsídios ao investimento (passivos por impostos diferidos) foi aplicada a taxa máxima de imposto tendo em conta o grande horizonte temporal destes subsídios.

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

OUTRAS CONTAS A PAGAR			
Conta	Descrição	2010	2009
21	Clientes – Saldos credores	151	113
23	Pessoal	0	719
27	Outros credores	82.520	96.922
Total		82.671	97.754

16. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS			
Conta	Descrição	2010	2009
721	Prestação Serviços Rendas	239.224	242.415
722	Agravamentos Rendas	12.557	3.765
Total		251.781	246.180

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS			
Conta	Descrição	2010	2009
622	Serviços Especializados	64.247	47.103
623	Materiais	1.258	4.041
624	Energia e fluidos	12.178	11.733
626	Serviços Diversos	17.240	18.813
Total		94.923	81.690

18. GASTOS COM PESSOAL

GASTOS COM O PESSOAL			
Conta	Descrição	2010	2009
632	Remunerações do Pessoal	270.091	234.357
635	Encargos Sobre Remunerações	58.746	45.172
636	Seguro acid. Trab, doenças prof.	4.994	4.595
638	Outros gastos com o pessoal	1.142	13.981
Total		334.973	298.106

19. IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)

IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)			
Conta	Descrição	2010	2009
76	Reversões	42.239	1.061
65	Perdas por imparidade	(1.167)	(8.982)
Total		41.072	(7.921)

20. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS			
Conta	Descrição	2010	2009
781	Rendimentos suplementares	2.915	1.006
788	Outros	18.721.64	21.780
Total		21.637.07	22.786

21. OUTROS GASTOS E PERDAS

OUTROS GASTOS E PERDAS			
Conta	Descrição	2010	2009
681	Impostos	87	0
683	Dívidas incobráveis	53.591	0
688	Outros	8.769	302
OUTROS GASTOS E PERDAS		62.447	302

22. GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

GASTOS/REVERSOES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO			
Conta	Descrição	2010	2009
Activos Fixos Tangíveis			
64212	Edifícios e outras construções	3.643	12.467
64214	Equipamento transporte	4.760	3.750
64216	Equipamento administrativo	11.890	4.182
64218	Outros activos fixos tangíveis	1.757	1.875
Activos Fixos Intangíveis			
64313	Programas de computador	965	0
total		23.015	22.275

23. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	
--	--

Conta	Descrição	2010	2009
6918	Juros	1.685	0
698	Outros	489	356
Total		2.174	356

24. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

24.1. Autorização para emissão

As presentes Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em xx de Março de 2011.

24.2. Acontecimentos após a data do balanço

Não foram detectados acontecimentos após a data do balanço susceptíveis de afectar a as presentes demonstrações financeiras.